
***Companhia de
Desenvolvimento
Econômico de Minas
Gerais - Codemig***

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia de Desenvolvimento Econômico de
Minas Gerais - Codemig

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 9 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém um elevado grau de dependência com parte relacionada, sua principal fonte de recursos, mantém saldos com parte relacionada integrante do Governo do Estado de Minas Gerais, em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira, cede em comodato não oneroso, imóvel de sua propriedade a entidades ligadas ao Governo do Estado de Minas Gerais e tem despesas administrativas e de estrutura assumidas por parte relacionada. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

O contexto de nossa auditoria é definido com base nas principais atividades da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Conforme descrito na Nota 1 às demonstrações financeiras, a partir da cisão parcial de suas operações, cuja parcela cindida foi assumida pela Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - Codemge, houve a permanência na Companhia apenas dos negócios relacionados com a exploração de Nióbio. Nesse contexto, nossa estratégia de auditoria, bem como a definição dos Principais Assuntos de Auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.



Porque é um PAA

Receita da exploração do nióbio (Notas 1 e 19)

As receitas da Companhia são substancialmente provenientes dos recursos oriundos da atividade de exploração do nióbio, por meio de sua participação em uma Sociedade em Conta de Participação ("SCP") em conjunto com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM ("CBMM").

As receitas são reconhecidas e os resultados apurados pela SCP com base em informações obtidas da CBMM, as quais são monitoradas e controladas pela administração da Companhia com o objetivo de apurar e registrar os valores de forma correta, completa e no adequado período de competência.

A relevância dos valores dessas receitas, bem como os potenciais riscos envolvidos na sua apuração e no seu reconhecimento no período correto por meio da SCP, nos levou a identificar essa área como de risco significativo, o que requer considerações especiais de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como resposta de auditoria, nossa abordagem incluiu, entre outros, os seguintes procedimentos descritos:

Efetuamos a leitura e o entendimento do contrato entre a Companhia e a CBMM, bem como a atualização do entendimento dos controles internos do processo de apuração e reconhecimento de receitas e contas a receber.

Efetuamos procedimentos analíticos sobre a movimentação das receitas, para identificar variações inconsistentes às nossas expectativas, obtidas a partir de nosso conhecimento prévio das operações da SCP e que possam indicar potenciais problemas de apuração e competência.

Obtivemos da CBMM a confirmação direta do saldo de contas a receber da SCP em 31 de dezembro de 2019 e da receita do exercício findo nessa data.

Efetuamos o recálculo dos valores reconhecidos como receita do exercício, com base na fórmula descrita no contrato entre a Companhia e a CBMM.



Companhia de Desenvolvimento Econômico de
Minas Gerais - Codemig

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Além dos testes descritos anteriormente, realizamos teste de conciliação dos saldos contábeis com os relatórios auxiliares e realizamos teste de recebimento subsequente das contas a receber em aberto em 31 de dezembro de 2019 referentes aos valores da SCP.

Consideramos que os valores e as informações divulgados estão consistentes com os dados e documentos obtidos em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Companhia de Desenvolvimento Econômico de
Minas Gerais - Codemig

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de



Companhia de Desenvolvimento Econômico de
Minas Gerais - Codemig

continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 27 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Relatório da administração

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

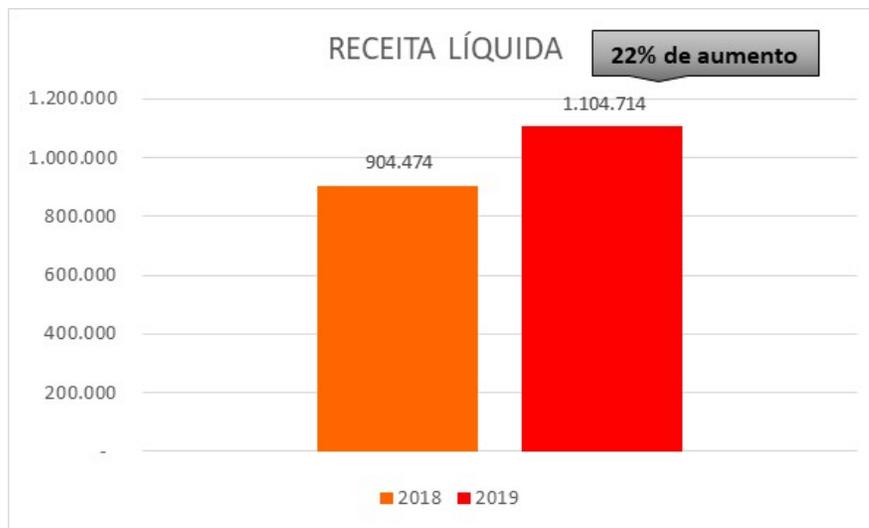
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), em seu primeiro exercício completo após a cisão, teve resultados significativos derivados da sua participação na Sociedade em Conta de Participação (SCP) com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM). Atualmente, a Codemig tem como único negócio a exploração do nióbio, por meio da referida SCP com a CBMM. Em relação à sua estrutura societária, em 31 de dezembro de 2019, a Codemig detinha 51% das ações da Codemig, o que lhe permite dar continuidade às ações de desenvolvimento econômico e redução das desigualdades existentes em Minas Gerais, anteriormente conduzidas diretamente pela Codemig. Por sua vez, o Estado de Minas Gerais detinha os 49% restantes, fazendo jus ao recebimento de dividendos, fundamentais no atual contexto fiscal desafiador.

EVOLUÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Em **volume de desembolsos**, a Companhia distribuiu em dividendos a seus acionistas, ao todo, **R\$987 milhões**, decorrentes de dividendos intercalares de 2018 e 2019, sendo R\$545 milhões a seu acionista majoritário, a Codemig, e R\$442 milhões ao Estado de Minas Gerais, seu outro acionista.

RECEITA LÍQUIDA



A Codemig atingiu, em 2019, receita líquida de **R\$1.105 milhões**. A ampliação da receita da Codemig deve-se, principalmente, ao incremento dos lucros recebidos da Sociedade em Conta de Participação mantida com a CBMM.

A receita líquida recebida em 2019 pela Codemig foi 22% maior do que a de 2018 — em números absolutos, foram recebidos em torno de R\$200 milhões a mais do que em 2018.

Como imposto de renda devido à CBMM, ao fim do exercício de 2019, foram registrados R\$481 milhões, os quais foram repassados à CBMM em janeiro de 2020. O total da participação da Codemig no imposto de renda e na contribuição social da SCP nos resultados de 2019, considerando o valor pago em janeiro de 2020 e o montante de imposto antecipado durante o exercício, alcançou R\$567 milhões no ano.

A Codemig incrementou seu resultado positivo em 2019, atingindo um lucro líquido de **R\$1.076 milhões**.

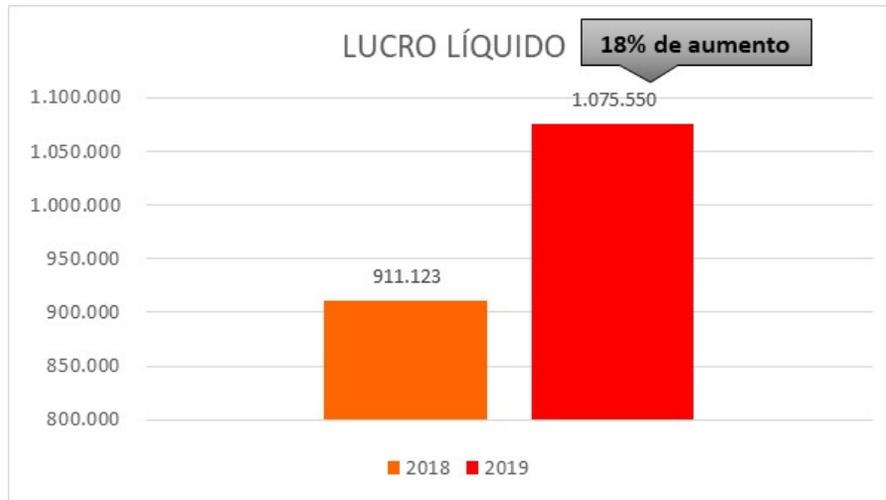
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Relatório da administração

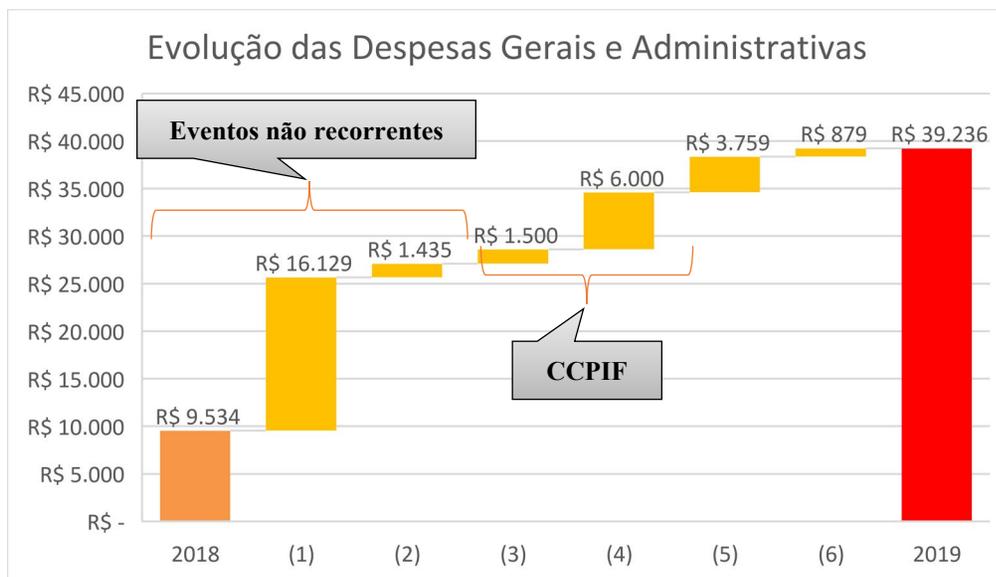
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

LUCRO LÍQUIDO



A principal motivação para o incremento de 18% do resultado de 2019, comparativamente a 2018, foi o aumento das receitas com o nióbio recebidas da SCP. Contudo, a assunção da administração do Centro de Cultura Presidente Itamar Franco e de eventos não recorrentes ocorridos em 2019 impactou as despesas gerais e administrativas.



Para maior elucidação, o gráfico acima demonstra a evolução das despesas conforme seus respectivos eventos, sendo eles:

- (1) Provisão do IPTU de terreno da Companhia em MG dos exercícios de 2017 a 2019;
- (2) *Impairment* de terreno da Companhia em MG;
- (3) Honorários advocatícios vinculados à discussão sobre o teor de nióbio das jazidas e honorários de êxito do processo com antigos acionistas (Solaris);
- (4) Despesas administrativas do Centro de Cultura Presidente Itamar Franco substancialmente assumidas em 2018 pela Codemge;

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

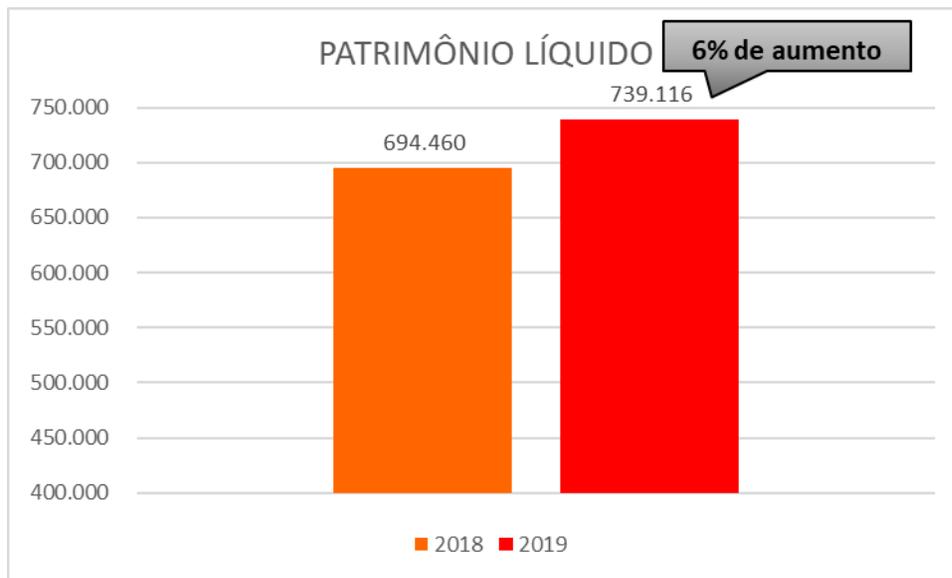
Relatório da administração

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

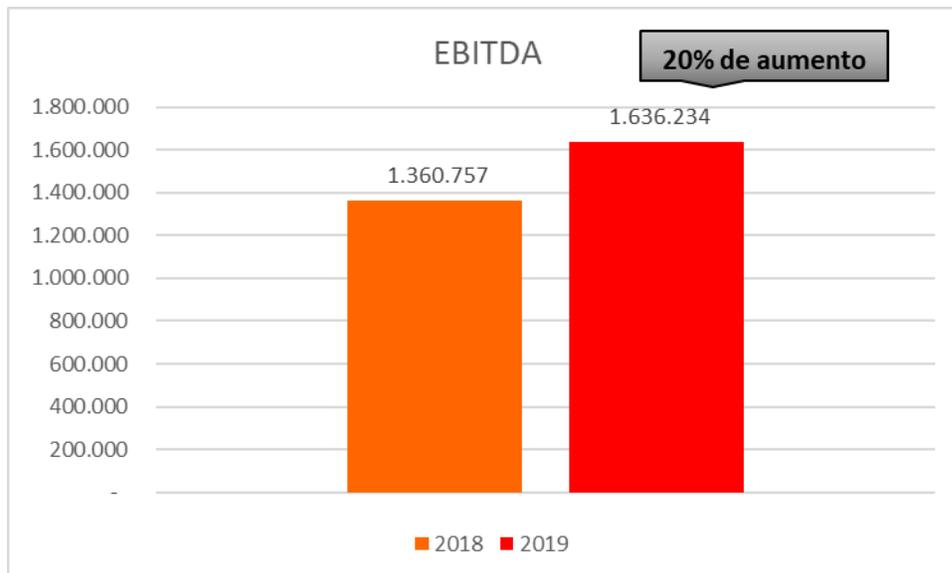
- (5) Aumento da despesa com depreciação do Centro de Cultura Presidente Itamar Franco, derivado do seu incremento patrimonial ocorrido em 30 de novembro de 2018, ou seja, com impactos relevantes apenas no exercício de 2019;
- (6) Outras despesas de menor relevância incrementadas em 2019.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO



O **patrimônio líquido** da Codemig teve um aumento de R\$45 milhões, derivado da não distribuição integral do seu resultado através de dividendos aos seus acionistas.

EBITDA



Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Relatório da administração

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A variação positiva de 20% do EBITDA da Companhia, R\$275 milhões, decorre substancialmente do aumento da receita líquida do exercício de 2019, comparativamente a 2018, adicionado ao incremento dos tributos sobre o lucro da SCP, a pagar a CBMM, que foi incrementado em R\$70 milhões no ano de 2019.

Outras informações gerenciais sobre o andamento da Companhia e da sua controladora (Codemge) durante o exercício de 2019 poderão ser verificados na publicação anual do Relatório de Gestão da Codemge 2019, que será divulgado na página eletrônica da empresa (<http://www.codemig.com.br/a-codemig/relatorio-de-gestao/>).

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Balço patrimonial Em 31 de dezembro de Em milhares de reais

Ativo	Notas	2019	2018	Passivo	Notas	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	243.549	338.631	Contas a pagar	13	541.299	426.561
Títulos e valores mobiliários	6	482.648	66.133	Tributos a recolher	14	183	621
Contas a receber	7	114.381	173.606	Salários e encargos sociais		-	6
Dividendos a receber	9	624	961	Adiantamentos e cauções recebidas	16	19.518	-
Impostos e contribuições a recuperar	8	2.152	6.803	Partes relacionadas	9	819	3.519
Partes relacionadas	9	19.511	6.784	Dividendos a pagar	15	53.058	1
				Outras contas a pagar		-	19
Total do ativo circulante		862.865	592.918	Total do passivo circulante		614.877	430.727
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Contas a pagar	13	42.962	49.324
Títulos e valores mobiliários	6	86.031	20.000	Adiantamentos recebidos	16	194.567	136.579
Impostos e contribuições a recuperar	8	7.020	-	Provisão para contingências	17	41.578	18.960
Depósitos judiciais		24	-				
Partes relacionadas	9	69.050	101.549	Total do passivo não circulante		279.107	204.863
				Total passivo		893.984	635.590
Total do ativo não circulante		162.125	121.549	Patrimônio líquido	18		
Total do ativo		1.633.100	1.330.050	Capital social		10.260	10.260
				Reserva de capital		591.170	591.170
Investimentos	10	268	268	Reservas de lucro		137.686	93.030
Imobilizado	11	607.823	615.296	Total do patrimônio líquido		739.116	694.460
Intangível	12	19	19	Total do passivo e patrimônio líquido		1.633.100	1.330.050

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Operações continuadas			
Receita líquida	19	1.104.714	904.474
Lucro bruto		1.104.714	904.474
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	20	(39.236)	(9.534)
Gastos com desenvolvimento		(238)	(73)
Resultado com participações societárias	10	1.052	961
Outras despesas operacionais		(3.163)	-
		(41.585)	(8.646)
Lucro antes do resultado financeiro		1.063.129	895.828
Receitas financeiras	21	33.963	41.073
Despesas financeiras	21	(21.542)	(9.735)
Resultado financeiro		12.421	31.338
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		1.075.550	927.166
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido		-	(1.853)
Lucro do exercício das operações continuadas		1.075.550	925.313
Operações descontinuadas			
Prejuízo do exercício de operações descontinuadas	1 (c)	-	(14.190)
Lucro líquido do exercício		1.075.550	911.123
Lucro por ação de operações continuadas e descontinuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expressos em R\$ por ação)			
Lucro básico e diluído por ação			
De operações continuadas	23	2.980,45	4.088,66
De operações descontinuadas	23	-	(62,70)
		2.980,45	4.025,96

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício		
De operações continuadas	1.075.550	925.313
Outros componentes de operações continuadas		
Ganho líquido de valor justo	-	77
Tributos diferidos sobre o ganho e perdas de valor justo	-	(26)
Perda na liquidação de instrumentos financeiros	-	(1.330)
Reversão de tributos diferidos	-	365
Resultado abrangente das operações continuadas	<u>1.075.550</u>	<u>924.399</u>
Lucro líquido do exercício		
De operações descontinuadas	-	(14.190)
Outros componentes de operações descontinuadas		
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo de coligadas e controladas	-	44
Resultado abrangente das operações descontinuadas	-	(14.146)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>1.075.550</u>	<u>910.253</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2017	966.915	99.513	13.781	47.944	537.266	-	1.665.419
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	911.123	911.123
Outros resultados abrangentes							
Ganho líquido de valor justo	-	-	77	-	-	-	77
Tributos diferidos sobre o ganho e perdas de valor justo	-	-	(26)	-	-	-	(26)
Perda na liquidação de instrumentos financeiros	-	-	(1.330)	-	-	-	(1.330)
Reversão de tributos diferidos	-	-	365	-	-	-	365
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo de coligadas e controladas	-	-	44	-	-	-	44
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	(870)	-	-	911.123	910.253
Outras mutações no patrimônio líquido							
Baixa por cisão (nota 1 (c))	(956.872)	-	(12.911)	(45.935)	(316.814)	-	(1.332.532)
Aumento de capital	217	491.657	-	-	(220.072)	-	271.802
Constituição de reservas	-	-	-	43	90.598	(90.641)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(820.482)	(820.482)
Em 31 de dezembro de 2018	10.260	591.170	-	2.052	90.978	-	694.460
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.075.550	1.075.550
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	1.075.550	1.075.550
Outras mutações no patrimônio líquido							
Constituição de reservas (nota 18 (d))	-	-	-	-	135.251	(135.251)	-
Distribuição de dividendos (nota 18(e))	-	-	-	-	(90.595)	(940.299)	(1.030.894)
Em 31 de dezembro de 2019	10.260	591.170	-	2.052	135.634	-	739.116

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2019	2018
Lucro do exercício, incluindo operações descontinuadas	1.075.550	911.123
Ajuste de		
Depreciação e amortização	6.038	3.241
Reversão para perda por redução ao valor recuperável de ativos	1.435	(6)
Constituição / (reversão) de provisão para litígios	459	(91)
Liquidação de instrumentos financeiros disponíveis para venda	-	(1.330)
Receitas financeiras	(16.015)	(23.745)
Despesas financeiras	21.306	9.310
Perda na baixa de imobilizado e outros ativos	-	190
Perda na baixa de partes relacionadas	3.163	-
Resultado de equivalência patrimonial	(1.052)	(332)
Variações em provisões, benefícios e incentivos	14.982	(769)
Ajustes de capital de giro		
(Aumento) / redução de títulos e valores mobiliários para fins de negociação imediata	(323.740)	91.915
Redução / (aumento) no contas a receber	59.225	(105.922)
Redução dos impostos e contribuições a recuperar	19	5.629
Aumento de estoque de imóveis	-	(212)
Aumento de depósitos judiciais	(24)	-
Redução / (aumento) de créditos com partes relacionadas	921	(67.493)
Aumento de outros ativos	-	(898)
Aumento no contas a pagar	108.376	222.986
Redução dos tributos a recolher	(438)	(3.577)
Redução de salários e encargos sociais	(6)	(1.417)
(Redução) / aumento de outras contas a pagar	(19)	3.061
Aumento de adiantamento de clientes	77.506	48.017
Redução de provisão para litígios	(654)	(447)
Dividendos recebidos	1.389	1.121
Juros pagos	-	(7.102)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(359)
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais	1.028.421	1.082.893
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aporte em títulos e valores mobiliários	(155.143)	(50.000)
Resgate de títulos e valores mobiliários	9.477	64.592
Aporte de capital em controladas e coligadas	-	(65)
Aquisição de coligada	-	(1.500)
Aquisição de imobilizado	-	(1.158)
Custo de desenvolvimento	-	(2.234)
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) originado das atividades de investimento	(145.666)	9.635
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização do principal das debêntures	-	(335.580)
Dividendos pagos	(977.837)	(820.482)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(977.837)	(1.156.062)
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(95.082)	(63.534)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	338.631	402.165
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	243.549	338.631
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(95.082)	(63.534)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2019	2018
Receitas		
Receita SCP	1.103.855	904.410
Vendas brutas com vendas, serviços, locações e arrendamentos	947	6.604
Outras receitas	-	273
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão	-	1
	1.104.802	911.288
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos e imóveis vendidos e serviços prestados	-	(1.000)
Custos de patrocínio	(190)	(278)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(30.778)	(11.146)
Gastos com convênios	(238)	(2.303)
Recuperação de valores ativos	-	4
	(31.206)	(14.723)
Valor adicionado bruto	1.073.596	896.565
Depreciação e amortização	(6.038)	(3.241)
Valor adicionado líquido produzido	1.067.558	893.324
Valor adicionado recebido em transferência		
Participação nos lucros de coligadas e controladas	1.052	332
Receitas financeiras	35.619	41.760
Valor adicionado total a distribuir	1.104.229	935.416
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal - remuneração direta	(4.197)	(7.547)
Pessoal - benefícios	-	(552)
FGTS	-	(236)
Impostos, taxas e contribuições	(2.940)	(7.924)
Federais	(1.781)	(6.895)
Estaduais	(3)	(80)
Municipais	(1.156)	(949)
Juros e variações cambiais	(21.542)	(7.873)
Alugueis	-	(161)
Juros sobre capital próprio e dividendos	(940.299)	(820.482)
Lucros retidos	(135.251)	(90.641)
Valor adicionado distribuído	(1.104.229)	(935.416)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG ("Companhia" ou "Codemig") é uma entidade pública, empresa pública, com sede na cidade de Belo Horizonte, organizada sob a forma de sociedade por ações e controlada pela Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE ("Codemge") e indiretamente pelo Governo do Estado de Minas Gerais ("Governo de MG").

Em 19 de dezembro de 2017, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais ("ALMG") aprovou o Projeto de Lei (PL) 4.827/2017 que autoriza o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais a transformar a Codemig em sociedade de economia mista. O Projeto de Lei foi sancionado pelo Governador do Estado de MG em 3 de janeiro de 2018, transformando o PL 4.827/2017 na Lei 22.828/2018. Em seguida, foram desencadeados diversos procedimentos internos da Companhia com a finalidade de promover a abertura de seu capital. A Lei 22.828/2018 determina, ainda, que o Estado de Minas Gerais mantenha sob seu poder, no mínimo, 51% do capital votante da Codemig, não podendo, portanto, transferir seu controle acionário sem autorização legislativa. Sendo assim, após efetivada a abertura de capital, a Codemig se transformaria em uma sociedade de economia mista, anônima, de capital aberto.

Em 09 de outubro de 2019, foram enviados pelo Governo de Minas à ALMG três novos Projetos de Lei, dos quais dois abrangem a Codemig, o PL 1.203/19 e o PL 1.205/19. O PL 1.203/19 trata de projeto de lei que autoriza a privatização e outras formas de desestatização da Companhia mediante i) alienação de ações de controle acionário, ii) abertura de capital, iii) aumento de capital com renúncia ou cessão, total ou parcial de direitos de subscrição, iv) alienação, arrendamento, locação, comodato ou cessão de bens e instalações, v) dissolução ou desativação parcial de seus empreendimentos, com a possibilidade de alienação de ativos, vi) extinção ou cisão, vii) concessão, parceria público-privada, permissão ou autorização de serviços públicos e viii) outros institutos legais que se fizerem necessários. Tal projeto também autoriza o Estado a aplicar os recursos advindos da alienação no pagamento do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos estaduais.

A administração da Companhia está acompanhando as movimentações que tramitam na ALMG do projeto de lei 1.203/19. O envolvimento da Companhia no andamento do mesmo é de esclarecimento de dúvidas que por ventura o legislativo venha a apresentar.

Já o PL 1.205/19 que dispõe sobre a cessão onerosa de direitos creditórios de titularidade do Estado de Minas Gerais em caráter definitivo oriundos da Companhia à terceiros, sejam eles pessoas jurídicas de direito privado ou fundos de investimento, foi aprovado na forma da lei estadual 23.477, de 05 de dezembro de 2019. As possibilidades de crédito enumeradas pela lei foram dividendos e juros sobre capital próprio devidos ao Estado de Minas Gerais, em decorrência de sua posição de titular de 49% do capital social da Codemig. A lei limita o prazo dos direitos creditórios a serem cedidos até 31 de dezembro de 2032 e isenta o Estado de Minas Gerais de qualquer responsabilidade ou coobrigação pela solvência dos direitos creditórios a serem cedidos ou dos devedores de tais direitos. Ainda é importante salientar que a lei determinou que o quadro societário da Codemig não poderá alterar, até 31 de dezembro de 2032, mantendo a participação do Estado em 49% e da Codemge de 51%, bem como a manutenção dos fluxos de recursos oriundos dos direitos creditórios na mesma proporção da participação societária. Além disso, a Lei Estadual 23.477/19 determinou que a Codemge tem prioridade na assunção das atividades de desenvolvimento econômico em detrimento da Codemig, uma vez que ambas possuem o mesmo objeto social, e que a Codemig somente poderá executar atividades fora do negócio de nióbio com aprovação legislativa e com a anuência de ambos os sócios.

Depois de avaliar algumas alternativas de captação de recursos, o Estado de Minas Gerais optou por estruturação mediante oferta de cotas de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, a qual será o detentor de direitos creditórios representados pelos dividendos e juros sobre capital próprio aos quais o Estado de Minas Gerais faz jus pelas ações preferenciais que detém (49% do total de ações preferenciais).

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Desta forma, transferido o direito de receber o valor correspondente a tais dividendos, a Codemig passa a ser devedora em relação aos dividendos de tais ações preferenciais não mais do Estado de Minas Gerais (cedente), mas ao FIDC (cessionário).

A inclusão da Codemig como anuente do Contrato de Cessão de Direitos Creditórios é necessária para garantir ao mercado que os dividendos serão pagos ao investidor.

(a) Objeto social

A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais mediante a atuação, em caráter complementar, voltada para o investimento estratégico em atividades, setores e empresas que tenham grande potencial de assegurar de forma perene e ambientalmente sustentável, o aumento da renda e do bem-estar social e humano de todos os mineiros, especialmente nas áreas de: (i) mineração e metalurgia (ii) energia, infraestrutura e logística; (iii) eletroeletrônica e de semicondutores e telecomunicações; (iv) aeroespacial, automotiva, química, de defesa e de segurança; (v) medicamentos e produtos do complexo de saúde; (vi) biotecnologia e meio ambiente; (vii) novos materiais, tecnologia de informação, ciência e sistemas da computação e software; e (viii) indústria criativa, esporte e turismo.

Visando atingir o seu objeto social, a Codemig está autorizada atuar de forma à: (i) promover desapropriação, constituir servidão, adquirir, alienar, permutar, arrendar, locar, doar ou receber terrenos e imóveis, destinados à implantação de indústrias, empresas ou atividades correlacionadas a seu objeto; (ii) firmar contrato ou convênio de cooperação técnica e econômica; (iii) participar em empreendimento econômico com empresas estatais ou privadas, mediante contrato de parceria e subscrição do capital social; (iv) participar em instituições e fundos financeiros legalmente constituídos; (v) adquirir, permutar, converter ou alienar valores mobiliários de qualquer natureza emitidos por empresas de capital público, misto ou privado, inclusive mediante utilização de debêntures ou outros instrumentos conversíveis ou não em participação societária; (vi) realizar a contratação ou a execução de projeto, obra, serviço ou empreendimento; (vii) realizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a exploração, a produção e a industrialização, o escoamento e qualquer forma de aproveitamento econômico de substância mineral ou hidromineral, direta ou indiretamente; (viii) realizar a implantação e a operação de área industrial planejada destinadas à instalação e ao funcionamento de indústrias, empresas, ou atividades correlacionadas, respeitando os planos diretores; (ix) participar em empresas privadas dos setores minero-siderúrgico e metalúrgico, com a qual mantenha parceria; (x) fomentar projetos nas áreas de ciência, tecnologia, pesquisa e inovação; (xi) contratar parceria público-privada, observada a legislação pertinente.

De acordo com a lei 23.477/19, a Codemig possui prioridade na execução das atividades desenvolvidas elencadas acima, exceto por autorização legislativa e aprovação unânime dos acionistas da Companhia.

(b) Sociedade em Conta de Participação com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM

A Companhia apresenta como principal fonte de recursos a participação em uma Sociedade em Conta de Participação ("SCP") com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração ("CBMM") que visa explorar os direitos minerários detidos pela Companhia no município de Araxá – MG para exploração de nióbio.

Uma SCP é uma reunião de pessoas físicas ou jurídicas para a produção de um resultado comum, operando sob a responsabilidade integral de um "sócio ostensivo", no caso, a CBMM. É o sócio ostensivo quem pratica todas as operações em nome da SCP, registrando-as contabilmente como se fossem suas, porém identificando-as para fins de partilha dos respectivos resultados. Os "sócios participantes" integrantes, que não o "sócio ostensivo", não tem participação na gestão dos negócios da SCP, apenas nos resultados gerados, se obrigando somente perante ao sócio ostensivo. A SCP não adquire personalidade jurídica.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia, como "sócio participante", reconhece 25% do resultado da SCP por equivalência patrimonial. Pelo fato das operações da SCP serem a principal fonte de recursos da Companhia, seus resultados são apresentados diretamente na receita líquida e, considerando que a periodicidade de distribuição dos resultados é contratualmente estabelecida para o início do mês subsequente à competência do resultado, a contrapartida se dá diretamente no contas a receber. Conforme definido em Escritura Pública, após a apuração do resultado contábil da SCP são feitos ajustes para determinação do montante que será recebido mensalmente pela Codemig como a distribuição de sua participação no resultado. Os ajustes realizados que impactarem a distribuição mensal dos resultados à Codemig são registrados como ativos ou passivos da Companhia contra a CBMM, conforme sua natureza.

A Escritura Pública que estabelece a SCP com a CBMM também introduziu a criação da Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá - COMIPA, para qual Codemig e CBMM arrendaram seus direitos minerários e cuja atividade única é a lavra do nióbio na região de Araxá/MG e a venda do minério extraído. De acordo com a Escritura Pública e com o Estatuto Social da COMIPA, sua atividade exploratória possui como única cliente a SCP, conduzida pela sócia ostensiva CBMM. A Escritura Pública é de 1972 e tem prazo de vigência contratual de 30 anos renováveis por outros 30.

(c) Reorganização societária – Cisão parcial

Em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 31 de janeiro de 2018, retificada e ratificada na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 7 de fevereiro de 2018, os acionistas da Companhia decidiram pela realização de reorganização societária através de cisão parcial ("Cisão"), sendo criada a Codemge onde foi incorporado o acervo líquido cindido com a substancialidade do patrimônio da Codemig na data da cisão. A Codemge, a partir de então, é a empresa responsável pela continuidade dos negócios de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais anteriormente realizadas pela Codemig. A cisão teve como principais objetivos:

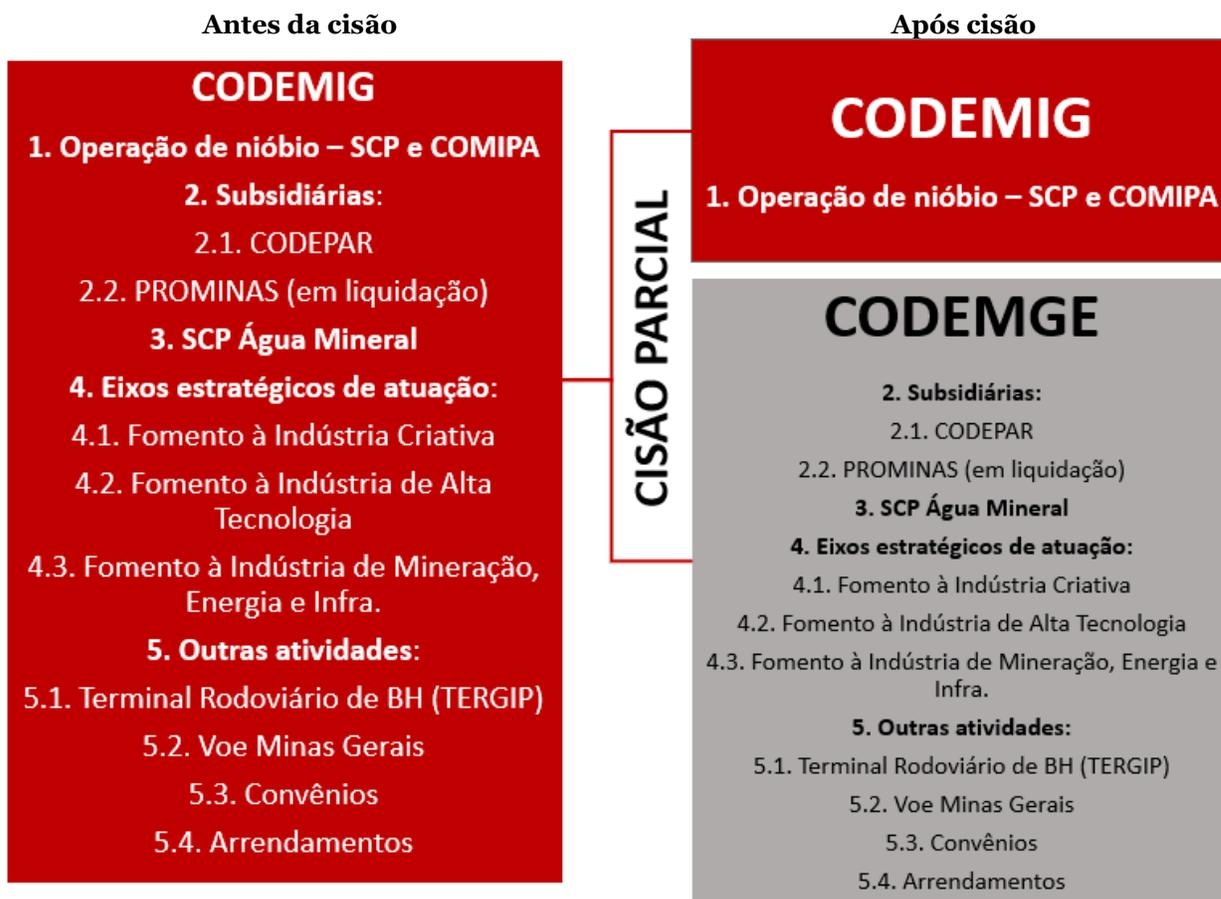
- (i) dissociar o negócio de nióbio e seu patrimônio adjacente das demais atividades executadas pela Codemig antes da Cisão;
- (ii) apresentar aos acionistas da Codemig resultado e fluxo de caixa livres das aplicações usuais realizadas para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais; e
- (iii) simplificar a estrutura de negócio da Codemig, visando facilitar a sua apresentação ao mercado, no âmbito da abertura de capital da Companhia.

A seguir, resumo dos negócios que são geridos por cada uma das empresas após os efeitos da cisão:

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



A partir da cisão, a Codemig tem como atividade principal o recebimento dos fluxos de caixa advindos de sua participação na SCP com a CBMM (nota 1 (b)) e atividades vinculadas à Escritura Pública de constituição da SCP, e após o levantamento de balancetes mensais para a apuração do lucro do período, tem o objetivo de distribuir no mínimo 70% dos lucros através de dividendos intercalares mensais.

O objeto social da Companhia, mencionado na nota 1, se manteve inalterado após a cisão, conforme os dispositivos legais determinados na lei de sua criação significando que a Companhia está autorizada, e não obrigada, a realizar as ações promotoras do desenvolvimento econômico de Minas Gerais, não havendo tal intenção pela sua atual administração. A Codemge, conforme mencionado anteriormente, assumiu todas as atividades realizadas pela Codemig que não participam no negócio de nióbio e a administração dos imóveis que permaneceram em seu patrimônio.

A cisão parcial da Codemig foi realizada com base no valor contábil do acervo patrimonial, objeto da operação, apurado de acordo com o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2017. A referida operação implicou redução de seu patrimônio líquido na exata proporção do acervo líquido cindido e vertido para a Codemge. A data da efetivação da cisão, como aprovada pelos acionistas, foi 31 de janeiro de 2018, tendo sido estabelecido na Justificação da Cisão Parcial, que devem ser imputados à Nova Companhia (Codemge) as variações patrimoniais que tenham ocorrido na parcela do patrimônio cindido, entre a data-base (31/12/2017) e a data da efetivação da cisão (31/01/2018).

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O acervo líquido cindido à Codemge na data da efetivação da cisão está composto como abaixo:

Ativo	31/01/2018	Passivo	31/01/2018
Circulante		Circulante	
Títulos e valores mobiliários	130.766	Contas a pagar	16.530
Contas a receber	4.483	Tributos a recolher	991
Dividendos antecipados e a receber	394	Salários e encargos sociais	11.117
Impostos e contribuições a recuperar	620	Outras contas a pagar	5.609
Outros ativos circulantes	1.027		
		Total do passivo circulante	34.247
Total do ativo circulante	137.290		
Não circulante		Não circulante	
Impostos e contribuições a recuperar	14.942	Contas a pagar	4.180
Depósitos judiciais	16.200	Provisão para contingências	3.423
Estoque de imóveis a comercializar	30.707	Partes relacionadas	98.110
Outros ativos financeiros	177.756		
Partes relacionadas	97.182	Total do passivo não circulante	105.713
Investimentos	186.792	Patrimônio líquido	
Imobilizado	793.800	Capital social	956.872
Intangível	17.823	Ajustes de avaliação patrimonial	12.911
		Reservas de lucro	362.749
Total do ativo não circulante	1.335.202		
		Total do patrimônio líquido	1.332.532
Total do ativo	1.472.492	Total do passivo e patrimônio líquido	1.472.492

A constitucionalidade e economicidade da cisão da Companhia estão sendo questionadas judicialmente pela sociedade civil e pelo Ministério Público de Minas Gerais ("MPMG") e administrativamente pelo Ministério Público de Contas ("MPC") junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais ("TCE-MG"). O Estado de Minas Gerais também foi acionado em ambas esferas, judicial e administrativa, de forma que a condução dos casos é realizada pelo jurídico interno e em alinhamento com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais ("AGE-MG"). A administração da Companhia monitora de perto o andamento de tais processos.

Operações descontinuadas

As operações descontinuadas referem-se ao efeito da cisão de ativos e passivos, ocorrida em 31 de janeiro de 2018, quando a Codemge foi criada, por intermédio de cisão parcial de parte do patrimônio da Codemig, e constituída sob a forma de sociedade anônima, nos termos do §2º do artigo 229 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

A Codemge é responsável pela continuidade das ações de fomento ao desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, que anteriormente eram conduzidas pela Codemig, recebendo todas as atividades e patrimônios relacionados a elas, com exceção do negócio de exploração de nióbio, descrito na nota 1 (b), e da administração dos imóveis que permaneceram no patrimônio da Codemig. A administração optou pela reorganização societária no contexto de abertura de capital da Codemig, visando segregar riscos e otimizar as atividades de ambas as sociedades.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Resultado líquido de operações descontinuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro

As operações descontinuadas apresentam prejuízo de R\$14.190 em 31 de dezembro de 2018, totalmente atribuível a seus acionistas, a qual corresponde ao resultado das atividades transferidas à Codemge durante o período de um mês findo em 31 de janeiro de 2018 – período anterior à cisão.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita líquida	-	2.956
Custo dos produtos e imóveis vendidos e serviços prestados	-	(1.000)
Lucro bruto	-	1.956
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	-	(10.767)
Gastos com convênios	-	(2.230)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	(3.573)
Resultado com participações societárias	-	(629)
	<u>-</u>	<u>(17.199)</u>
Prejuízo antes do resultado financeiro	-	(15.243)
Receitas financeiras	-	1.130
Despesas financeiras	-	(77)
Resultado financeiro	-	1.053
Prejuízo do exercício	-	(14.190)

(ii) Fluxo de caixa das operações descontinuadas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	-	(6.906)
Fluxo de caixa líquido originado das atividades de investimento	-	6.906
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	-
Variação de caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>-</u>	<u>-</u>

(d) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras da Codemig, foi aprovada pela administração da Companhia em 27 de março de 2020.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras, aqui apresentadas, foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Standards Board (IASB)). Dessa forma evidenciam todas as informações relevantes, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 2.3.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da mesma. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 2.5.

A administração, durante o seu processo decisório e de análise da operação, não distingue os segmentos de negócio que compõem a Companhia considerando seu papel essencial como fomentador de atividades econômicas no Estado de Minas Gerais. Logo seus resultados operacionais não influenciam os recursos que serão alocados em cada segmento e sua avaliação de desempenho.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício comparativo apresentado.

(a) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019 e não tiveram impactos materiais para o Companhia:

- IFRS 16/CPC 06(R2) - "Arrendamentos": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

Como a Companhia não possui contratos de arrendamento como arrendatária, e como não ocorreram alterações significativas nas práticas contábeis de arrendadores, a administração não identificou impactos relevantes da adoção desta norma em suas demonstrações.

- IFRIC 23/ICPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda": essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do IAS

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12/CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pela Companhia nos exercícios em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras. As estimativas críticas da administração, bem como os principais passivos contingentes relacionadas a tratamentos fiscais incertos de tributos sobre o lucro estão divulgados nas notas 2.5 e 17, respectivamente.

2.2. Investimento

(a) Coligada

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos da Companhia em sua coligada são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da coligada. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a coligada são eliminados em proporção à participação na respectiva coligada.

As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as práticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia. Independentemente disso, a defasagem máxima entre as datas de encerramento das demonstrações da coligada e da Companhia não será superior a dois meses.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece a perda na rubrica "Resultado com participações societárias", na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre a coligada, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação serão reconhecidos no resultado.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nos exercícios apresentados a Companhia detinha participação no seguinte investimento:

Investida	Principal atividade	% participação	
		2019	2018
Coligada			
COMIPA - Cia. De Mineração Pirocloro de Araxá	Mineração de nióbio	51	51

2.3. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/ não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.4. Resumo das principais práticas contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e risco insignificante de mudança de valor. A Companhia entende que podem ser considerados investimentos com conversibilidade imediata aqueles possuem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

(b) Ativos e passivos financeiros

(i) Instrumentos financeiros (IFRS 9 / CPC 48)

De acordo com o IFRS 9 / CPC 48, existem três principais categorias de classificação para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação de ativos financeiros de acordo com a referida norma é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9 / CPC 48 elimina as categorias antigas do IAS 39 / CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A nova norma preservou parte dos requisitos da norma anterior para a classificação de passivos financeiros.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Além disto, o IFRS 9 / CPC 48 substitui o modelo de avaliação de *impairment* de "perdas incorridas" do IAS 39 / CPC 38 por um modelo de "perdas de crédito esperadas". Nos termos da norma vigente, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no modelo de avaliação apresentado pela antiga norma. Em geral, espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do IFRS 9 / CPC 48 aumentem e tornem-se mais voláteis. Considerando a relevância do principal cliente da Companhia, os impactos do saldo de perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") irão oscilar substancialmente de acordo com a alteração da avaliação do risco de crédito da CBMM pela Companhia.

(ii) Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do IFRS 9 / CPC 48 foram aplicadas desde 1º de janeiro de 2018 e não geraram efeitos na mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia.

(iii) Reconhecimento e mensuração

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Para todos os ativos financeiros que rendem juros a receita é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

(iv) Classificação de ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, VJORA ou VJR.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Redução ao valor recuperável

A Companhia aplica a abordagem simplificada para registrar provisões para perdas estimadas de crédito conforme estabelecido pelo IFRS 9 / CPC 48, permitindo o uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil para todas as contas a receber e ativos relacionados a contratos com clientes.

O monitoramento do risco de crédito dos clientes é efetuado trimestralmente considerando opinião de empresas especializadas sobre o principal cliente da Companhia, dados históricos e avaliação do desempenho financeiro da SCP. Tal avaliação não alterou o saldo de *impairment* do contas a receber junto a CBMM, que se manteve sem saldo. Outros detalhes sobre o cálculo da estimativa estão na nota 2.5 (b) e na nota 7.

No que se refere ao caixa e equivalentes de caixa, também sujeitos aos requisitos de *impairment* do IFRS 9 / CPC 48, a perda de valor recuperável identificada foi imaterial.

(c) Depósito judicial

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente, atualizados monetariamente e com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura. Atualmente a Companhia possui depósitos judiciais decorrentes do andamento processual de bloqueios judiciais de suas contas bancárias vinculados à processos anteriores a cisão. Caso a contingência venha a se materializar e a Companhia perca o montante depositado, o Termo de Indenização e Outras Avenças assinado entre Codemig e Codemge será acionado para a Codemge assumir o ônus do processo.

(d) Contas a receber

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidas por eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis da Companhia se resumem aos lucros da Sociedade em Conta de Participação e ao contrato de arrendamento mantido com a sua coligada.

(e) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis quando aplicável, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos conforme a seguir apresentado:

Prédios e benfeitorias	78 anos
Equipamentos operacionais	5 a 10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos em conformidade com a política da Companhia, e pode ser avaliado em período menor que um exercício caso sejam identificados indicativos internos ou externos que impactem na vida útil do bem. Havendo alteração da vida útil está é ajustada de forma prospectiva.

(f) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

(g) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa o valor contábil líquido dos ativos em conformidade com a política da Companhia, podendo ser avaliado em período menor que um exercício caso sejam identificados indicativos internos ou externos que impactem na sua mensuração. Anualmente é feita uma avaliação interna da Companhia, como determinado pela sua política, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia revisa o valor recuperável do ativo individual ou da unidade geradora de caixa que tal ativo faz parte, e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital da Companhia. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia: (i) tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflète, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

(i) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios.

Para o reconhecimento da receita, a Companhia adotou os seguintes procedimentos:

- (a) identificação do contrato com o cliente;
- (b) identificação das obrigações de desempenho no contrato;
- (c) determinação do preço da transação;
- (d) alocação do preço da transação; e por fim,
- (e) reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida.

(i) Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do IFRS 15 / CPC 47 foram aplicadas desde 1º de janeiro de 2018 e não geraram efeitos na mensuração das receitas da Companhia.

(ii) Participação na SCP com a CBMM

A receita é reconhecida, conforme contrato firmado entre a Companhia e a CBMM, quando o direito da Companhia de receber o pagamento decorrente do lucro sobre a operação da SCP for mensurado e informado pela CBMM, sócia ostensiva da SCP, o que ocorre usualmente em bases mensais.

O contrato que constitui a SCP ainda determina que o pagamento dos tributos sobre o lucro ocorra apenas no momento da sua exigibilidade, que é pago em sua substancialidade pela CBMM em janeiro do exercício seguinte a sua apuração. A fim de fazer a representação fidedigna do resultado da SCP os tributos sobre o lucro da SCP são reconhecidos no momento em que incorrem, e reduzem o valor da receita da SCP. Para conciliação da receita da SCP e seus tributos incidentes na SCP, vide nota 19.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Tributos sobre a renda

(i) Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço no país em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

(ii) Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributo diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

A Companhia, na revisão de seus ativos fiscais diferidos decorrentes de sucessivos prejuízos fiscais, entende que existem riscos operacionais envolvendo um cenário de reversão da situação fiscal no curto prazo, de modo que o ativo gerado de tal benefício fiscal não se encontra apresentado em suas demonstrações.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota dos tributos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas tributárias (e lei tributária) em vigor na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(k) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

2.5 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão demonstrados a seguir:

(a) Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens, apurada através de laudos emitidos por empresas contratadas ou por especialistas, que são revisados regularmente. A administração acredita que a vida útil esteja corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras.

2.6 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos críticos e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Os principais julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis estão apresentados a seguir:

(a) Tributos diferidos

Tributo diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscais futuras.

Em casos de cisão parcial, a pessoa jurídica cindida poderá manter para utilização futura os seus próprios prejuízos fiscais proporcionalmente à parcela remanescente do patrimônio líquido da cisão. Desta forma a Codemig manteve, em 31 de janeiro de 2018, o prejuízo fiscal acumulado controlado pela Companhia era de R\$625.066 e base negativa de R\$631.534. Em 31 de dezembro de 2019, após apurar novo prejuízo fiscal, a Codemig conta com um prejuízo fiscal de R\$627.396 (R\$624.040 em 31 de dezembro de 2018) e base negativa acumulada de R\$633.864 (R\$ 630.507 em 31 de dezembro de 2018). Caso a Companhia tivesse uma expectativa de lucro fiscal nos exercícios futuros, um ativo diferido seria reconhecido na proporção de 30% dos tributos incidentes sobre os lucros projetados, conforme regra do benefício fiscal vigente. Dessa maneira a administração julgou que tais ativos diferidos não deveriam ser reconhecidos.

A ausência de expectativa de resultado tributável futuro deve-se ao fato de que a principal receita da Codemig é tributada no âmbito da SCP com a CBMM e, conseqüentemente, é excluída para fins de apuração do lucro real da Companhia. No julgamento da administração, avaliando suas despesas tributáveis atuais, foram identificados riscos que não garantem uma expectativa de lucros tributáveis futuros.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Avaliação do risco de crédito da CBMM

Baseado em relatório de especialistas de crédito, no histórico de 47 anos do contrato de SCP com a CBMM e no desempenho financeiro recente da SCP, a administração julgou que o risco de crédito do contas a receber é irrelevante e conseqüentemente, embora entenda que conceitualmente o saldo de *impairment* devesse apresentar uma perda estimada nos termos do IFRS 9 / CPC 48, a perda a ser registrada é imaterial no contexto destas demonstrações financeiras.

3 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas suas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

A Companhia não aplica em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco elevado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros se equivalem aos valores contábeis dos mesmos.

Conforme descrito abaixo, a Companhia está exposta a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações: risco de liquidez e risco de crédito (concentração).

(a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia que são liquidados em uma base líquida pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2019				
Contas a pagar	541.299	18.437	24.525	-
Adiantamentos recebidos	19.519	19.511	97.557	77.499
Em 31 de dezembro de 2018				
Contas a pagar	426.561	16.553	32.771	-
Adiantamentos recebidos	-	19.511	88.258	28.810

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Risco de crédito - concentração

O risco de crédito está associado primariamente à operação da SCP em conjunto com a CBMM. A substancialidade dos recursos da Companhia é oriunda dessa operação e repassada pela CBMM, fato que gera um risco de concentração. Não há nenhum histórico de perdas registradas em contas a receber desde a constituição da Companhia derivados dessa operação.

Com relação ao caixa e equivalentes de caixa, os mesmos apresentam baixo risco de crédito, tendo em vista que a maioria das aplicações é de liquidez diária e estão distribuídas entre instituições bancárias e financeiras sólidas, no julgamento da administração da Companhia, sob a regra de 30% de concentração máxima de recursos em uma única instituição. A política de aplicação da Companhia considera os princípios da boa governança, com vistas a obter o melhor nível de retorno em operações de baixo risco e sem carência ou com prazo de carência curto, tendo em vista o perfil de investimento conservador da Companhia e sua necessidade de liquidez.

A qualidade do crédito das aplicações financeiras e das contas correntes classificadas como caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito, conforme a seguir:

Ratings Nacionais de Crédito de Longo Prazo (Rating Brazil National Scale LT)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Depósitos bancários em contas correntes (Standard & Poor's)		
brAAA	553	4.774
(Fitch Ratings)		
AA(bra)	147	1.973
Caixa	150	145
Total caixa e banco conta movimento	850	6.892
Aplicações financeiras (Standard & Poor's)		
brAAA	172.183	225.739
brAA-	28.279	3.422
brBBB	14.686	68.819
(Fitch Ratings)		
AA-(bra)	-	1.652
A-(bra)	-	25.892
A(bra)	20.945	-
BBB+(bra)	4.391	-
Demais aplicações (i)	2.215	6.215
Total certificados de depósitos bancários	242.699	331.739
Caixa e equivalentes de caixa - TOTAL	243.549	338.631
Títulos e valores mobiliários (Standard & Poor's)		
brAAA	359.605	20.274
brAA+	91.200	-
brAA-	15.464	-
brBBB	20.248	20.316

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ratings Nacionais de Crédito de Longo Prazo (Rating Brazil National Scale LT)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
(Fitch Ratings)		
AAA(bra)	26.184	-
AA(bra)	35.367	45.543
A(bra)	10.025	-
(Moody´s)		
Aa1	10.586	-
Títulos e valores mobiliários - TOTAL	<u>568.679</u>	<u>86.133</u>
TOTAL	<u>812.228</u>	<u>424.764</u>

- i. Refere-se ao CDB do Banco Semear, que não é avaliado por nenhuma das três agências internacionais de rating.

(c) Risco cambial

A Companhia não possui operações, ativos ou passivos em moeda estrangeira, e por consequência, não está exposta ao câmbio e suas oscilações. A SCP, por sua vez, possui operações em moeda estrangeira e seus impactos de câmbio impactam a Companhia eventualmente através do reconhecimento da equivalência patrimonial da SCP. As regras de distribuição do resultado da SCP desconsideram o efeito de variação cambial não realizado.

(d) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício. A taxa média diária de juros, anualizada, em 31 de dezembro de 2019 era de 4,9%. Pela alta correlação do CDI com a taxa básica de juros, para efeitos dessa análise de sensibilidade, o mesmo foi considerado como 100% da taxa básica. A administração, baseada em estimativas de mercado, estima que o cenário provável da taxa básica de juros ao final de 2020 se mantenha constante. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos seus resultados nos próximos 12 meses, advindos de uma variação de 25% e 50% da variação esperada dos riscos pertinentes aos quais a Companhia está exposta.

	<u>Saldo contábil</u>	<u>Nocional</u>	<u>Indexador</u>	<u>Taxa / cotação atual</u>	<u>Taxa / cotação esperada</u>
Ativo					
Aplicações financeiras	755.828	755.828	CDI	4,25%	3,75%
Letras financeiras	39.931	39.931	CDI	4,25%	3,75%
Debêntures	15.619	15.619	CDI	4,25%	3,75%
					Cenários
	<u>Provável</u>	<u>+25%</u>	<u>+50%</u>	<u>-25%</u>	<u>-50%</u>
CDI					
Aplicações financeiras	28.344	35.429	42.515	21.258	14.172
Letras financeiras	1.497	1.872	2.246	1.123	749
Debêntures	586	732	879	439	293

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.1. Estimativa do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente desse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

Assim, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo foram classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo foram observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- informações de Nível 2: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- informações de Nível 3: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

	31 de dezembro de 2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	-	398.719	-	398.719
Total do ativo	-	398.719	-	398.719

	31 de dezembro de 2018			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	-	65.817	-	65.817
Total do ativo	-	65.817	-	65.817

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Instrumentos financeiros por categoria

Classificação por categoria de ativos e passivos financeiros ao valor contábil:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativos		
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	243.549	338.631
Títulos e valores mobiliários	169.960	20.316
Contas a receber	114.381	173.606
Dividendos a receber	624	961
Contas a receber com partes relacionadas	88.561	108.333
	<u>617.075</u>	<u>641.847</u>
VJR		
Títulos e valores mobiliários	398.719	65.817
	<u>398.719</u>	<u>65.817</u>
Total de instrumentos financeiros ativos	<u>1.015.794</u>	<u>707.664</u>
Passivos		
Custo amortizado		
Contas a pagar	584.261	475.885
Dividendos a pagar	53.058	1
Contas a pagar com partes relacionadas	819	3.519
Adiantamentos e cauções recebidas	214.086	136.579
Total de instrumentos financeiros passivos	<u>852.224</u>	<u>615.984</u>

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e bancos conta movimento	850	6.892
Certificados de depósitos bancários – CDB	242.699	331.739
	<u>243.549</u>	<u>338.631</u>

Os CDBs da Companhia possuem remuneração média de 101,56% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) na data base destas demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Títulos e valores mobiliários

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Aplicações financeiras em CDB (i)	114.410	-
Fundos de investimento (ii)	398.719	65.817
Letras financeiras (iii)	39.931	20.316
Debêntures (iv)	15.619	-
	<u>568.679</u>	<u>86.133</u>
Circulante	482.648	66.133
Não circulante	86.031	20.000
	<u>568.679</u>	<u>86.133</u>

- (i) Aplicações financeiras em CDB, que não possuem liquidez diária, com carência de 3 a 16 meses e remuneração média de 105,84% da taxa DI. A gestão de caixa da Companhia busca compatibilizar a sua necessidade de liquidez e as oportunidades de aplicações com maiores rendimentos.
- (ii) Os fundos de investimento da Companhia se constituem como parte de seus recursos disponíveis para tesouraria. Os fundos que a Companhia aplica seus recursos possuem liquidez diária, estão indexados à taxa DI e por possuírem lastro significativo em letras do tesouro nacional brasileiro não se classificam como equivalentes de caixa de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Os fundos de investimento possuem remuneração média de 103,87% do CDI em 31 de dezembro de 2019.
- (iii) A Codemig aplicou R\$20.000 em letras financeiras subordinadas de longo prazo do Banco Mercantil do Brasil com o vencimento em outubro de 2024 e recebimento semestral dos juros previstos para os meses de abril e outubro de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía juros acumulados em R\$ 248 (R\$ 316 em 31 de dezembro de 2018) que serão recebidos em abril de 2020, e por isso, estão apresentados no ativo circulante. Esse instrumento tem como remuneração 125% do CDI. A Codemig aplicou ainda em outras três letras financeiras subordinadas de longo prazo. Foram aplicados R\$9.680, R\$5.875 e R\$4.006, com vencimento em outubro de 2021, dezembro de 2021 e maio de 2023 com remuneração de 110,80% do CDI, 105,80% do CDI e CDI+0,60%, respectivamente.
- (iv) Foram aplicados R\$15.438 em debêntures da Copasa e Cemig em novembro de 2019 no mercado secundário com vencimento em julho de 2023 e fevereiro de 2025, respectivamente. As debêntures da Copasa (CSMGB3) pagam juros (117% DI) semestralmente, sempre em janeiro e julho, e começarão a amortizar o principal em janeiro de 2022. Já as debêntures da CEMIG (CMDT 33) pagam juros (IPCA+3,1%) anualmente, sempre em fevereiro, e começarão a amortizar o principal em fevereiro de 2022.

7 Contas a receber

As contas a receber da Companhia correspondem substancialmente aos valores a receber advindos do resultado da SCP dos últimos 30 dias à data de apresentação desta demonstração financeira. Considerando o recebimento mensal dos resultados da SCP, o saldo do contas a receber, se comparado com o exercício anterior, pode apresentar oscilações sem correlação à comparação das receitas entre os exercícios divulgados, uma vez que as bases temporais não são correlatas. Além disso, a Companhia possui valores a receber decorrentes de arrendamentos de seus ativos.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estão apresentados a valores de realização vigentes na data das demonstrações financeiras.

	2019	2018
<u>Sociedade em Conta de Participação:</u>		
CBMM - Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração	114.365	173.562
<u>Outros contas a receber:</u>		
Arrendamentos e recebíveis operacionais	16	44
Demais contas	657	657
	115.038	174.263
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(657)	(657)
	114.381	173.606

A composição destes saldos por vencimento é como segue:

	2019	2018
A Vencer	114.381	173.562
Vencidos:		
Até 30 dias	-	44
Há mais de 180 dias	657	657
	115.038	174.263

O montante apresentado no saldo de contas a receber está relacionado substancialmente à participação da Companhia na SCP com a CBMM, que não apresenta qualquer histórico ou perspectiva de inadimplência ou perda.

A movimentação das perdas estimadas de contas a receber está apresentada a seguir:

	2019	2018
Saldo inicial	(657)	(8.886)
Constituição	-	(657)
Reversão por recebimento do título	-	1
Reversão por baixa do título / perda	-	1.339
Baixa por cisão	-	7.546
Saldo final	(657)	(657)

8 Impostos e contribuições a recuperar

Corresponde substancialmente ao imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras da Companhia de 2019 e anos anteriores e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social. Os valores retidos são realizados mediante a compensação dos impostos e contribuições federais a pagar da operação.

	2019	2018
Imposto de renda	8.931	6.657
Contribuição social	95	-
Outros impostos e contribuições a recuperar	146	146
	9.172	6.803
Circulante	2.152	6.803
Não circulante	7.020	-
	9.172	6.803

9 Partes relacionadas

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição

Os saldos e as transações da Companhia com partes relacionadas têm a seguinte composição:

	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Grupo econômico								
CODEMGE								
<i>Circulante</i>								
Outras contas a receber (i)	-	3.621	-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	-	-	27.060	-	-	-	-	-
Contas a pagar (ii)	-	-	819	3.519	-	-	(4.076)	(3.736)
Adiantamentos e cauções recebidos (nota 16)(iii)	19.511	-	-	-	-	-	-	-
<i>Não circulante</i>								
Adiantamentos e cauções recebidos (nota 16)(iii)	69.050	101.549	-	-	-	-	-	-
Estado de Minas Gerais								
<i>Circulante</i>								
Outras contas a receber	-	3.163	-	-	-	-	(3.163)	-
Dividendos a pagar	-	-	25.998	-	-	-	-	-
Coligadas								
COMIPA								
<i>Circulante</i>								
Receitas arrendamento	-	-	-	-	4	-	-	-
Dividendos a receber/ equivalência patrimonial (nota 10)	624	961	-	-	1.052	961	-	-
Outros								
CBMM								
<i>Circulante</i>								
Contas a receber / receita (notas 7 e 19)	114.365	173.562	-	-	1.670.922	1.381.341	-	-
Contas a pagar (nota 13)	-	-	541.283	426.561	(567.067)	(476.931)	(12.988)	-
Adiantamentos e cauções recebidos (nota 16) (iii)	-	-	19.511	-	-	-	-	-
<i>Não circulante</i>								
Contas a pagar (nota 13)	-	-	42.962	49.324	-	-	-	-
Adiantamentos e cauções recebidos (nota 16) (iii)	-	-	194.567	136.579	-	-	-	-
Convênios (nota 1(a))								
Gastos com convênios	-	-	-	-	-	-	(238)	(2.230)

- (i) Diante dos atos societários da cisão mencionada na nota 1 (c), os valores acumulados em 31 de janeiro de 2018 de provisões registradas no contas a pagar da Companhia foram liquidados pela Codemge quando da sua realização. Considerando que a Codemig é a sócia da SCP mantida com a CBMM, a Companhia figurou como intermediária dessa liquidação, sendo assim, o ativo de igual valor constituído contra a Codemge, na data da Cisão, foi liquidado na mesma proporção do passivo.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Refere-se, substancialmente ao contrato de compartilhamento de custos. Além destas, existem receitas e despesas de operações da Codemge que, embora tenha ocorrido a Cisão, ainda têm sido recebidas pela Codemig, ou vice-versa, e deverão ser ressarcidas pela parte da qual essa despesa se refere.
- (iii) Foi estabelecido nos atos societários da cisão, mencionada na nota 1 (c), que o passivo de adiantamento de SCP naquela data seria vertido para Codemge. O saldo em aberto na data da cisão correspondia ao saldo da primeira e da segunda operação de adiantamento. Em decorrência da impossibilidade de transferência desses contratos de adiantamento, uma vez que fazem parte da estrutura negocial da Escritura Pública da SCP (nota 1 (b)), foi registrado contas a receber de partes relacionadas com a Codemge, no mesmo valor e nas mesmas condições do passivo, ou seja, com todos encargos financeiros. Cabe ressaltar que a Codemig participou em setembro de 2018 e em outubro de 2019 de duas novas operações de antecipação de receitas nas quais a Codemge não possui qualquer obrigação de ressarcimento – terceira e quarta operação. Para outras informações sobre o adiantamento de lucros, vide nota 16.

(b) Gastos com convênios

A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais, e nesse contexto, está autorizada a firmar contrato ou convênio de cooperação econômica ou técnica e vem atuando como agente fomentador de diversos projetos no Estado. Devido à cisão parcial mencionada na nota 1 (c), houve transferência integral das obrigações legais e contratuais dos contratos de convênios para a Codemge, de modo que atualmente a Codemig só participa de um convênio de prestação de serviços para a segurança do seu imóvel no bairro Olhos D'Água em Belo Horizonte.

(c) Concessão de direito de uso de imóveis a partes relacionadas

Conforme descrito na nota 11, a Companhia possui imóveis cedidos em comodato não oneroso a partes relacionadas (Codemge, empresas e entidades do Estado de Minas Gerais).

(d) Remuneração da administração

A administração da Companhia é conduzida de forma integrada com a Codemge, dessa forma, os custos da estrutura bem como as despesas administrativas, exceto pela folha de pagamentos, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos pela Codemge.

Considerando que a administração da Codemig possui cargos administrativos na Codemge, todos seus membros que participam da administração da Codemge abriram mão de seus recebimentos na Codemig, uma vez que pela Lei 13.303/16 é proibida a assunção de cargos remunerados em mais de um ente público. A despesa com remuneração de administradores exclusivos da Codemig em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$158 (R\$228 em 31 de dezembro de 2018).

As despesas com remuneração e encargos dos principais executivos e administradores da Companhia e da Codemge durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$5.948 e estão contabilizadas em sua maioria na Codemge (R\$6.682 em 31 de dezembro de 2018) e são cobradas da Companhia via Contrato de Compartilhamento de Despesas assinado entre Codemig e Codemge.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Participações societárias

A Companhia mantém um investimento em participação societária na Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá – Comipa. Esse investimento tem a finalidade de manutenção de esforços em conjunto com a CBMM para exploração e lavra de minérios de pirocloro na região de Araxá/MG. A Codemig possui um total de 208.059.600 ações integralizadas, sem valor nominal na Comipa, representando uma participação no capital social total de 50,99%. Conforme definições do Estatuto Social da Comipa, a Companhia entende que a CBMM é a sócia com capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida, uma vez que detém poder e controle sobre esta sendo assim considerada a sua controladora, em conformidade com as definições de controle do IFRS 10 / CPC 36 – Demonstrações Consolidadas.

<u>Investimento</u>	<u>2019</u>		<u>2018</u>
	<u>Valor patrimonial do investimento</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
COMIPA	268	268	268
	268	268	268

Composição e movimentação do investimento em participação societária:

<u>Investimento</u>	<u>Saldo em 31/12/2018</u>	<u>Resultado de equivalência patrimonial</u>	<u>Distribuição de dividendos</u>	<u>Saldo em 31/12/2019</u>
COMIPA	268	1.052	(1.052)	268
	268	1.052	(1.052)	268

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2017	Aquisição de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição de dividendos	Baixa por cisão (nota 1(c))	Saldo em 31/12/2018
CODEPAR	180.260	-	(584)	44	-	(179.720)	-
CODEÁGUAS	1.831	60	(194)	-	-	(1.697)	-
PROMINAS	2.446	-	153	-	-	(2.599)	-
SCP Água mineral	-	1.500	-	-	-	(1.500)	-
COMIPA	268	-	961	-	(961)	-	268
Outros investimentos	1.275	5	(3)	-	-	(1.277)	-
	186.080	1.565	333	44	(961)	(186.793)	268

Informações financeiras resumidas sobre a Comipa em 31 de dezembro de 2019:

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro do exercício
Investimento							
COMIPA	16.535	118	9.956	6.170	527	73.862	2.064
	Patrimônio líquido	Lucro do exercício	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total			
Investimento							
COMIPA	527	2.064	-	2.064			

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Imobilizado

O imobilizado da Companhia apresentou a seguinte movimentação:

	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Equipamentos operacionais	Imobilizado em andamento	Outros imobilizados	Total
Em 31 de dezembro de 2017						
Custo	466.525	584.900	80.394	170.453	88	1.302.360
Depreciação acumulada	-	(122.163)	(37.101)	-	-	(159.264)
<i>Impairment</i>	(2.224)	(1.340)	-	-	-	(3.564)
Saldo contábil, líquido	464.301	461.397	43.293	170.453	88	1.139.532
Aquisições	100.581	148.543	22.861	975	-	272.960
Baixas	(83)	(373)	-	-	-	(456)
Depreciação - adições	-	(2.229)	(984)	-	-	(3.213)
Depreciação - baixas	-	266	-	-	-	266
<i>Impairment</i>	-	6	-	-	-	6
Baixa por cisão (nota 1 (c))	(225.009)	(354.327)	(42.948)	(171.428)	(88)	(793.800)
Em 31 de dezembro 2018	339.790	253.283	22.222	-	-	615.295
Custo	339.791	256.787	22.678	-	-	619.256
Depreciação acumulada	-	(3.504)	(456)	-	-	(3.960)
Saldo contábil, líquido	339.791	253.283	22.222	-	-	615.296
Depreciação - adições	-	(3.313)	(2.725)	-	-	(6.038)
<i>Impairment</i>	-	(1.435)	-	-	-	(1.435)
Em 31 de dezembro de 2019	339.791	248.535	19.497	-	-	607.823
Custo	339.791	256.787	22.678	-	-	619.256
Depreciação acumulada	-	(6.817)	(3.181)	-	-	(9.998)
<i>Impairment</i>	-	(1.435)	-	-	-	(1.435)
Saldo contábil, líquido	339.791	248.535	19.497	-	-	607.823

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme instrumento de retificação e ratificação à Justificação de Cisão Parcial da Companhia, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 7 de fevereiro de 2018, não compuseram a parcela de patrimônio cindido para a Codemge e, portanto, remanesceram no patrimônio da Companhia, o terreno de 349.000 m² situado no bairro Olhos D'Água, em Belo Horizonte, bem como a fração ideal correspondente a 41,48% do terreno, edificações e benfeitorias do Centro Cultural Presidente Itamar Franco, conjunto arquitetônico que abriga uma sala para concertos sinfônicos, com padrão acústico internacional, e também é sede da Rádio Inconfidência e da Rede Minas de Televisão, cujos valores corresponderam à época a R\$167.900 e R\$177.641, respectivamente.

Em novembro de 2018 a parcela restante de 58,52% do Centro Cultural Presidente Itamar Franco, foi utilizada pela Codemge para integralizar novas ações subscritas da Companhia. Esta parcela foi avaliada em R\$271.802 naquela data. Desde então a Codemig é a única detentora do ativo e responsável pela sua administração.

O Centro Cultural Presidente Itamar Franco está cedido em comodato não oneroso à partes relacionadas (Codemge e à empresas e entidades do Estado de Minas Gerais). O valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2019 da parte cedida em comodato não oneroso é de R\$74.914 (R\$75.907 em 31 de dezembro de 2018) e gerou uma despesa de depreciação no exercício de 2019 de R\$993 (R\$1.051 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018). A situação de ambos ativos está condizente com o objeto social da Companhia (nota 1), que é promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais. A Companhia é autora de processo de reintegração de posse da parcela desse terreno, equivalente a 28.500 m² e, no julgamento de seus advogados, são remotas as chances de perdas nesse processo.

12 Intangível

O intangível da Companhia apresentou a seguinte movimentação:

	Custos de desenvolvimento	Direitos contratuais	Marcas e patentes	Direitos de lavra e jazidas	Total
Em 31 de dezembro de 2017					
Custo	14.023	1.644	214	12.100	27.981
Amortização acumulada	-	(312)	-	(3)	(315)
Impairment	-	-	-	(12.029)	(12.029)
Saldo contábil, líquido	14.023	1.332	214	68	15.637
Aquisições	2.228	-	6	-	2.234
Amortização - adições	-	(29)	-	-	(29)
Baixa por cisão (nota 1 (c))	(16.251)	(1.303)	(214)	(55)	(17.823)
Em 31 de dezembro de 2018	-	-	6	13	19
Custo	-	-	6	13	19
Saldo contábil, líquido	-	-	6	13	19
Em 31 de dezembro de 2019	-	-	6	13	19
Custo	-	-	6	13	19
Saldo contábil, líquido	-	-	6	13	19

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Contas a pagar

A Companhia, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, recebe mensalmente os recursos oriundos da atividade da exploração do nióbio. Os impostos e demais passivos em aberto da SCP na data base dessas demonstrações são reconhecidos pela Companhia como contas a pagar, uma vez que serão compensados com resultados da SCP ou quitados junto à CBMM, quando da exigibilidade dos débitos. Uma menor parte são obrigações por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

A composição destas contas a pagar está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Imposto de renda e contribuição social a pagar - SCP (i)	493.161	416.586
Valores a pagar SCP (ii)	35.742	9.975
Valores a ressarcir a SCP (iii)	55.342	49.324
Fornecedores nacionais	16	-
	584.261	475.885
Circulante	541.299	426.561
Não circulante	42.962	49.324
	584.261	475.885

- (i) Correspondem aos saldos dos tributos da SCP não descontados do resultado distribuído e, portanto, devidos à CBMM. Os saldos são acumulados durante o exercício até o mês de dezembro e sua quitação ocorre sempre em janeiro do exercício subsequente, quando da apuração do lucro real da SCP e de sua quitação pela CBMM junto à Fazenda Federal.
- (ii) O lucro líquido da SCP com a CBMM é apurado no regime de competência e apresenta ajustes de caixa para sua efetiva distribuição mensal, conforme disposições de sua Escritura Pública de constituição. Isto posto, os valores ajustados na sua distribuição, como provisões registradas no lucro líquido da SCP, são registrados nas contas a pagar da Companhia, tendo em vista a expectativa de sua liquidação e consequentes compensação nos resultados futuros da SCP.
- (iii) Com base em interpretação da Escritura Pública, foi acordado entre os sócios da SCP, através do 8º Termo de Acordo, que a Codemig deve participar dos custos financeiros de todas as operações de antecipação de receitas ou cambiais realizadas pela CBMM, em nome da SCP, na proporção de 25% conforme a Escritura Pública. Contudo, considerando o efeito exclusivamente econômico do seu registro na competência, foi acordado que as variações cambiais somente serão descontadas ou incrementadas nos recebíveis mensais decorrentes da participação da Codemig na SCP na data da vinculação dos cambiais à entrega da mercadoria ao mercado na moeda transacionada. Sendo assim, a Codemig para refletir o passivo ou ativo gerado dessa obrigação ou direito criado pelo acordo passou a registrar o ativo ou passivo derivado de sua participação nas variações cambiais dessas operações em seu balanço e os realiza no momento em que a dívida for amortizada pela CBMM, quando a variação cambial final da operação será deduzida ou incrementada na distribuição mensal de sua participação na SCP.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Tributos a recolher

	2019	2018
PIS e COFINS	128	380
Imposto sobre mercadorias e serviços - ICMS e ISS	10	100
Impostos e contribuições retidas de terceiros	45	2
Impostos e contribuições retidas sobre salários	-	2
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	137
	183	621

15 Dividendos a pagar

	2019	2018
Dividendos a pagar ao Estado de Minas Geais	25.998	-
Dividendos a distribuir ao BDMG	-	1
Dividendos a distribuir à CODEMGE	27.060	-
	53.058	1

16 Adiantamentos recebidos

	2019	2018
Depósito garantia	7	-
Adiantamento dos lucros da SCP	214.078	136.579
	214.085	136.579
Circulante	19.518	-
Não circulante	194.567	136.579
	214.085	136.579

A Companhia, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, pode concordar em receber adiantamentos de seus lucros, atrelados à realização de operações de pré-pagamento de exportação da SCP realizados pela sócia ostensiva. Dos adiantamentos em aberto, R\$49.539 foram recebidos em 2015, R\$39.022 em 2016, R\$48.018 em 2018 e R\$77.500 em 2019 e são vinculados a receitas futuras a serem concretizadas entre 2022 e 2023, na primeira operação, entre 2020 e 2021 na segunda, entre 2023 e 2024 na terceira operação e entre 2024 e 2026 na quarta operação. Os adiantamentos são realizados em reais – moeda da Escritura Pública – e serão cobrados no momento em que a SCP vincular o título de exportação, na moeda da operação, aos cambiais antecipados. Sua cobrança será por meio de redução na distribuição dos resultados da SCP e ocorrerá pelo valor nominal adiantado, em reais e sem qualquer ajuste ou efeito de carregamento.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abertura dos adiantamentos por ano de vencimento:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Por ano de vencimento		
2020	19.518	19.511
2021	19.511	19.511
2022	12.385	12.385
2023	56.362	56.362
2024	28.810	28.810
2025	25.833	-
2026	25.833	-
2027	25.833	-
	<u>214.085</u>	<u>136.579</u>

17 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Devido ao efeito da cisão de ativos e passivos, ocorrida em 31 de janeiro de 2018, as variações patrimoniais dos saldos informados estão apresentadas na nota 1 (c).

As provisões para contingências contabilizados em 31 de dezembro de 2019 estão demonstradas a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contingências cível	26.596	18.960
Contingências tributárias	14.982	-
	<u>41.578</u>	<u>18.960</u>

Maior parte da contingência cível, R\$ 26.596 (R\$ 18.960 em 31 de dezembro de 2018), decorre da obrigação de indenização pelo resgate de ações ocorrido na transformação da Codemig de sociedade de economia mista em empresa pública conforme definido na Assembleia Geral Extraordinária realizada em dezembro de 2010. Existe um vínculo do pagamento da indenização com a solução de uma disputa judicial, que identificará quem é o ex-acionista a ser indenizado pela Companhia. Pela indefinição do real devedor e sua consequente inexigibilidade até a data de conclusão do processo, com o seu consecutivo trânsito em julgado, a Companhia considera tal indenização como uma contingência e a atualiza monetariamente.

Já a contingência tributária refere-se à provisão de tributos envolvendo os ativos da Companhia. Em razão de impedimentos regulamentares, a Companhia não consegue liquidá-los e portanto decidiu por provisionar tais tributos antes mesmo de ser cobrado pelas autoridades fiscais.

Exceto pelas provisões mencionadas acima, todos os processos envolvendo a Companhia até a data da cisão, 31 de janeiro de 2018, foram assumidos pela Codemig, conforme Termo de Indenização e Outras Avenças assinado entre as partes.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Devido aos efeitos da cisão e do Termo de Indenização e Outras Avenças, a administração considera que, embora a Companhia esteja envolvida em processos relacionados a questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios anteriores à cisão, na data base dessas demonstrações financeiras não há causas com probabilidade de desembolso futuro possível na Codemig. Caso houvesse, não seria requerida a provisão para eventuais perdas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro.

Conforme já mencionado, exceto pela contingência cível provisionada pela Companhia, todos os demais processos envolvendo a Companhia até a data da cisão, 31 de janeiro de 2018, foram assumidos pela Codemge, conforme Termo de Indenização e Outras Avenças assinado entre as partes, incluindo as contingências classificadas como prováveis e como possíveis. O valor das contingências assumidas pela Codemge na cisão, de probabilidade de perda provável e possível é de R\$1.805 e R\$8.411, respectivamente.

Ações relevantes avaliadas com perda remota

A constitucionalidade e economicidade da cisão da Companhia está sendo questionada judicialmente pela sociedade civil e pelo MPMG e administrativamente pelo MPC junto ao TCE-MG. O Estado de Minas Gerais também foi acionado em ambas esferas, judicial e administrativa, de forma que a condução dos casos é realizada pelo jurídico interno e em alinhamento com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais ("AGE-MG"). A administração da Companhia monitora de perto o andamento de tais processos.

18 Patrimônio líquido

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito e integralizado é de R\$10.260 (R\$10.260 em 31 de dezembro de 2018), representado por 360.868 ações, sendo que a Codemge detém 184.043 e o Governo de Minas Gerais detém 176.825 ações (2018 – representado por 360.868 ações, sendo que a Codemge detinha 252.612 e o Governo de Minas Gerais 108.256 ações).

(b) Capital autorizado

Conforme seu Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$2.500.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão.

(c) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2019 a reserva de capital era de R\$591.170 (R\$591.170 em 31 de dezembro de 2018) e foi constituída integralmente por ágio na emissão de ações, na qual parte do preço da emissão das ações – que não tem valor nominal – ultrapassou a importância destinada à formação do capital social.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Reservas de lucro

(i) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme disposições legais. Ainda conforme a lei, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2019 a reserva legal da Companhia já atingiu seu limite legal, no valor de R\$2.052 (R\$2.052 em 31 de dezembro de 2018).

(ii) Retenção de lucros

Após a constituição da reserva legal, a proposição de dividendos mínimos e a compensação do saldo de prejuízos acumulados, a Companhia destina o saldo dos lucros acumulados à constituição da reserva de retenção de lucros (reserva de lucros para expansão) com o propósito de retenção de recursos na Companhia para subsidiar e atender aos projetos de investimento aprovados no Conselho de Administração que, alinhados ao planejamento estratégico da Companhia, contribuem para o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais. Em 31 de dezembro de 2019 a reserva de lucros da Companhia, desconsiderando a reserva legal, era de R\$133.387 (R\$90.978 em 31 de dezembro de 2018).

(e) Dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 18 de março de 2019, os acionistas aprovaram dividendos adicionais aos distribuídos em 2018, no montante de R\$ 90.595.

Em Assembleia Geral ocorrida em 31 de janeiro de 2018, os acionistas da Companhia alteraram a política de dividendos autorizando sua distribuição intercalar, até o limite periódico mínimo de 30 dias entre as distribuições, por meio de deliberação do seu Conselho de Administração. A nova política de dividendos também alterou o dividendo mínimo a ser distribuído para 70% dos lucros apurados, após as deduções legais ao final do exercício.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de setembro de 2018, os conselheiros autorizaram que a diretoria da Companhia aprove a distribuição de dividendos intercalares, a partir daquela data. A autorização para distribuição fica condicionada à apuração de lucro no período, que as demonstrações financeiras do período tenham sido previamente analisadas pela Diretoria; a distribuição esteja em acordo com a Política de Dividendos e Remunerações dos acionistas da Companhia; e que se tenha verificado a disponibilidade de caixa da Companhia para suportar a distribuição de dividendos.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	1.075.550	911.123
Reserva legal (5%)	-	(43)
Base para dividendos	1.075.550	911.080
Percentual estatutário de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro	70%	70%
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	752.885	637.756
Dividendos distribuídos, excedentes ao mínimo	187.414	182.726
Total de dividendos distribuídos	<u>940.299</u>	<u>820.482</u>

Até dezembro de 2019, a diretoria da Companhia aprovou em reuniões realizadas a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$699.669. O Conselho de Administração, por sua vez, aprovou ainda a distribuição adicional de dividendos intercalares de R\$240.630.

19 Receita

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita – SCP	1.103.855	904.410
Receita com arrendamentos e locações	947	71
Receita bruta	<u>1.104.802</u>	<u>904.481</u>
Impostos	(88)	(7)
Receita líquida	<u>1.104.714</u>	<u>904.474</u>

Apresentamos a seguir a abertura do resultado da SCP e dos tributos sobre o lucro apurados:

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resultado da SCP	2019	2018
Receita bruta de vendas	8.760.355	7.460.960
Devoluções e deduções de receita de vendas	(139.487)	(40.205)
Receita líquida de vendas	8.620.868	7.420.755
Custo de vendas	(1.473.997)	(1.473.814)
Margem bruta nas vendas	7.146.871	5.946.941
Despesas estruturais	(619.109)	(749.355)
Outras receitas operacionais	47.276	33.473
Lucro operacional	6.575.038	5.231.059
Resultado de cláusulas contratuais da SCP	105.164	471.046
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social - SCP	6.680.202	5.702.105
Participação de 25% da Companhia	1.670.051	1.425.526
Variação cambial decorrente dos adiantamentos de exportações realizados pela CBMM	(6.018)	(49.324)
Imposto de renda e contribuição social a pagar - SCP (i)	(480.674)	(410.259)
Imposto de renda e contribuição social – antecipações a pagar (i)	(12.487)	(6.327)
Imposto de renda e contribuição social – antecipações mensais	(73.906)	(60.345)
Imposto de renda e contribuição social diferido	6.889	5.139
Receita - SCP	1.103.855	904.410

(i) Considerando que a Companhia recebe os recursos oriundos do lucro antes do imposto de renda e contribuição social da SCP brutos e posteriormente repassa à CBMM os ajustes de apuração destes tributos, que correspondem à diferença entre apuração por estimativa e lucro real (vide notas 1 e 13).

20 Despesas gerais e administrativas

	2019	2018
Despesas com pessoal	(4.209)	(3.927)
Encargos sociais	(24)	(38)
Serviços de terceiros	(11.197)	(3.276)
Depreciação e amortização	(6.038)	(2.279)
Despesas tributárias	(1.161)	(14)
Provisão para contingências tributárias	(14.982)	-
Provisão para adequação valor recuperável	(1.435)	-
Patrocínio	(190)	-
	(39.236)	(9.534)

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em fevereiro de 2018, após a cisão, Codemig e Codemge assinaram um contrato de serviços compartilhados determinando quanto do custo incorrido pela Codemge com seu pessoal próprio, integralmente transferido da cisão, seria cobrado da Codemig pela sua utilização compartilhada.

21 Resultado financeiro

O resultado financeiro incorrido pela Companhia está substancialmente vinculado às oscilações dos saldos de suas aplicações financeiras, atualização monetária de contingências e da sua dívida junto aos debenturistas, liquidada em fevereiro de 2018. As aplicações financeiras e as debêntures possuem como o benchmark o CDI, de modo que a flutuação de tal índice influencia diretamente nos montantes apropriados de receitas e despesas financeiras.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas		
Juros recebidos de aplicações financeiras	26.994	20.567
Variação monetária ativa	6.787	18.567
Outras	182	1.939
	<u>33.963</u>	<u>41.073</u>
Despesas		
Juros de empréstimos e financiamentos	-	(9.098)
Variação monetária passiva	(20.839)	(46)
Outros	(703)	(591)
	<u>(21.542)</u>	<u>(9.735)</u>
	<u>12.421</u>	<u>31.338</u>

22 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é tributada com base no lucro real as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.075.550	912.976
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(365.687)	(310.412)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusão permanente do resultado da SCP	375.311	307.499
Exclusões e adições permanentes e temporárias, líquidas	(8.483)	5.374
Ativo diferido não registrado	(1.141)	-
Ajuste decorrente de cisão parcial	-	(5.143)
Utilização de prejuízos fiscais (30%)	-	804
Outros	-	25
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas efetivas	-	(1.853)
<i>Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social</i>	<i>0,00%</i>	<i>-0,20%</i>

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2019 a Codemig conta com um prejuízo fiscal acumulado de R\$627.396 (R\$624.040 em 31 de dezembro de 2018) e base negativa acumulada de R\$633.864 (R\$ 630.507 em 31 de dezembro de 2018).

A administração julgou que ativos diferidos não deveriam ser reconhecidos considerando a ausência de expectativa de resultado tributável futuro, que deve-se ao fato de que a principal receita da Codemig é tributada no âmbito da SCP com a CBMM e, conseqüentemente, é excluída para fins de apuração do lucro real da Companhia.

23 Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não efetuou compra de ações ordinárias nem mantém ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia não possui nenhuma ação com potencial efeito diluidor.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Operações continuadas		
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	1.075.550	925.313
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	<u>360.868</u>	<u>226.312</u>
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	<u>2.980,45</u>	<u>4.088,66</u>
Operações descontinuadas		
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	-	(14.190)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	<u>360.868</u>	<u>226.312</u>
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	<u>-</u>	<u>(62,70)</u>

24 Eventos subsequentes

(a) Conversão de ações ordinárias em preferenciais

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em janeiro de 2020 foram convertidas o montante de 180.433 ações ordinárias da Companhia em ações preferenciais, dentro do limite de 50% do total de ações da Companhia, nos termos do art. 15, §2º, da Lei 6.404/76, divididas entre os acionistas na proporção de sua participação, perfazendo a conversão de 92.021 ações ordinárias para preferenciais da acionista Codemig e 88.414 do acionista Estado de Minas Gerais.

As ações preferenciais convertidas são nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem direito a voto, exceto quanto às seguintes matérias: (i) transformação, incorporação, incorporação de ações, fusão ou cisão da Companhia; (ii) mudança do objeto social da Companhia; (iii) aprovação e revisão da política de distribuição de dividendos da Companhia, desde que respeitado o direito ao dividendo prioritário atribuído aos detentores de ações preferenciais na forma prevista neste Estatuto Social; (iv) mudança no modo de distribuição de dividendos previsto no artigo 7º do Estatuto Social da Companhia, desde que respeitado o direito ao dividendo prioritário atribuído aos detentores de ações preferenciais na forma prevista neste Estatuto Social; e (v) qualquer alteração do estatuto social que afete os direitos de voto previstos nos itens acima mencionados.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tais ações remuneram dividendo preferencial fixo no montante de 25% do resultado contábil apurado pela SCP, da qual a CBMM é sócia junto à Companhia, conforme inclusão do §4º no artigo 7º do estatuto social da Companhia. Ou seja, atualmente os dividendos preferenciais tem direito à 100% do resultado da SCP correspondente à participação da Codemig. O §5º incluído no mesmo artigo determina que o pagamento dos dividendos realizar-se-á respeitando a prioridade das ações preferenciais.

Com tais inclusões, o artigo 10º foi alterado de forma que é assegurado aos acionistas detentores de ações ordinárias, dividendo obrigatório de 70% do lucro líquido do exercício após as deduções legais e o pagamento do dividendo prioritário aos detentores de ações preferenciais.

(b) Dividendos

Em reunião da Diretoria da Companhia realizada em janeiro de 2020, já em linha com a nova política de dividendos, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$133.002, ainda baseados no lucro de 2019. A acionista Codemge, detentora de 92.021 ações preferenciais, teve direito à R\$67.831 de dividendos enquanto o acionista Estado de Minas Gerais, detentor de 88.412 ações preferenciais nesta data, teve direito à R\$65.171.

(c) Antecipações de exportações contratadas pela CBMM

Em março 2020 a Codemig recebeu adiantamentos dos lucros da SCP no valor total de R\$41.379. Esses adiantamentos serão amortizados à medida que o resultado das vendas antecipadas pela CBMM for reconhecido nos resultados da SCP, conforme condições das operações financeiras contratadas pela CBMM. Seguem condições de cada operação contratada:

Operação	Data operação	Parcela Codemig	Prazo	Forma de amortização
ACC 1	23/03/2020	7.952	28/12/2020	1 parcela
ACC 2	23/03/2020	7.952	27/01/2021	1 parcela
ACC 3	23/03/2020	7.952	01/03/2021	1 parcela
ACC 4	24/03/2020	6.258	19/01/2021	1 parcela
ACC 5	24/03/2020	7.823	27/11/2020	1 parcela
ACC 6	24/03/2020	3.442	18/12/2020	1 parcela
		<u>41.379</u>		

(d) COVID-19

A Companhia não consegue prever nem mensurar no cenário atual quais serão os impactos da pandemia do COVID-19 sobre as atividades de exploração de nióbio, exercidas em parceria com a CBMM, em decorrência da alta volatilidade das variáveis do mercado (taxas de juros, câmbio, preços, demanda, entre outras).

* * *